



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

PROCESSADO
NO SISTEMA

ILMO. SR. LEONARDO ANDRÉ C. J. SIMÕES, PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: EDITAL DE REGISTROS DE PREÇOS nº 058/2018.

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 18472 NR
Data. 07/12/18
Fls. 02 rubrica: P

DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.366.965/0001-41, com sede na Rua Professor Francisco Fonseca, nº 91, sobrado, telefone: (22) 2653-3429 / (22) 99224-1002, email: dudusomrj@gmail.com, na cidade de Saquarema, Rio de Janeiro, CEP: 28.994-795, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

contra a decisão dessa digna **Comissão de Licitação** que inabilitou a recorrente, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME



I – DOS FATOS

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitatório supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou todos os documentos solicitamos no Edital almejando participar da Licitação 058/2018.

Sucedo que, não pôde ser habilitada no certame, sob a alegação de não cumprir o disposto no item 19.6 do edital, ou seja, apresentou o anexo III (Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação) sem firma reconhecida por autenticidade em cartório.

Ocorre que, tal assertiva encontra-se despidida de qualquer veracidade e, pelo próprio fato, a aludida inabilitação afigura-se como ato nitidamente exagerado formalismo, como à frente ficará demonstrado.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

A decisão sob comento, merece ser reformada, porque:

- a Comissão de Licitação deixou de enunciar os motivos em que se fundou para reputar como inabilitada a recorrente, pois limitou-se apenas à considerá-la;
- anexo III (Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação) do Edital em sua nota de rodapé, não faz menção que deve ser reconhecida firma, apresentando a seguinte redação:

Endereço: Rua Professor Francisco Fonseca, nº 91, sobrado – Bacaxá – Saquarema – RJ
Telefones: (22) 2653-3429/(22) 99224-1002
Email: dudusomrj@gmail.com



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME



“Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. **A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**”

- a Comissão de Licitação não concedeu prazo para que o vício por eles apontado fosse sanado, ressaltando que a licitação teve uma interrupção temporal de pelo menos uma hora e trinta minutos até que fosse retomada, ou seja, o recorrente teria tempo hábil para ir ao cartório e reconhecer firma do Anexo III e poderia continuar participando do processo sem causar nenhum prejuízo ou dano ao certame licitatório, visto que o vício seria sanado em no máximo dez minutos. Contudo, o pregoeiro não se valeu do disposto no item 19.2 do Edital, agindo em desconformidade com o interesse da própria Administração, conforme transcrito abaixo:

“**19.2.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

a) **em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;**

b) **solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;**



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.”

- salienta-se que está em vigor a **Lei Federal nº 13.726** de 08 de outubro de 2018, nomeada como Lei da Desburocratização, que traz em seu artigo 3º a dispensa de reconhecimento de firma em documentos apresentados ao Poder Público, neste caso ao Município, devendo o mesmo ser feito por confrontação de assinaturas:

“Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios** com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;”

- resta ainda informar que o atual entendimento também é adotado pelos Tribunais deste País:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE. 1. Trata-se de documentação - requisito de



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

qualificação técnica da empresa licitante - apresentada sem a assinatura do responsável. Alega a recorrente (empresa licitante não vencedora) a violação ao princípio de vinculação ao edital, em razão da falta de assinatura na declaração de submissão às condições da tomada de preços e idoneidade para licitar ou contratar com a Administração. 2. É fato incontroverso que o instrumento convocatório vincula o proponente e que este não pode se eximir de estar conforme as exigências apresentadas no Edital. Devem estar em conformidade com o documento administrativo, tanto a qualificação técnica, como a jurídica e a econômica-financeira. 3. Porém, há de se reconhecer que, a falta de assinatura reconhecida em um documento regularmente apresentado é mera irregularidade - principalmente se o responsável pela assinatura está presente no ato para sanar tal irregularidade. Precedente. 4. Recurso especial não provido. (STJ. 2ª Turma. REsp 947.953/RS. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 14/09/2010, DJe 06/10/2010)"

"CONSTITUCIONAL.

**ADMINISTRATIVO.PROCESSO CIVIL.
POSTULADOS DA
PROPORCIONALIDADE E
RAZOABILIDADE. LICITAÇÃO.
DESCLASSIFICAÇÃO EM RAZÃO DE
PROPOSTA APRESENTADA SEM FIRMA**



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME



**RECONHECIDA. MERA
IRREGULARIDADE FORMAL. PERDA DO
OBJETO. NÃO OCORRÊNCIA.
LITISCONSÓRCIO. DESNECESSIDADE.
ILEGITIMIDADE. REJEIÇÃO. APELO.
IMPROVIMENTO. SENTENÇA.
CONFIRMAÇÃO EM REEXAME
NECESSÁRIO.**

1. Questionando o formalismo exacerbado, a sociedade ora recorrida, buscou, via mandado de segurança, a tutela jurisdicional no intuito de anular a decisão que, em razão da ausência de firma reconhecida do subscritor do atestado de capacidade técnica apresentado, proclamou a sua inabilitação em certo pregão presencial. Após a concessão de medida liminar, que suspendera os efeitos do ato questionado, sobreveio sentença que, para conceder a segurança, fixou a premissa de que a falha apontada pela autoridade administrativa consiste em mera irregularidade formal que, mercê da proporcionalidade e razoabilidade, pode ser suprida. [...] 5. No que se refere ao mérito, como pano de fundo deste julgamento temos a questão da formalidade em matéria de licitação, de maneira que a irresignação encontra o desembargo adequado quando se verifica, tal como firmado pela sentença recorrida, que a ausência de reconhecimento de firma deve ser tida por mera irregularidade formal que, com base nos postulados da proporcionalidade e razoabilidade, surge como vencível através de uma simples diligência, com fulcro no art. 43,



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

§ 3º, da Lei de Licitações. 6. Apelo conhecido, mas improvidos. Sentença confirmada em reexame necessário. (TJCE. 4ª Câmara Cível. Apelação/Reexame Necessário nº 0090374-08.2009.8.06.0001. Relatora Desembargadora Vera Lúcia Correia Lima. Data de registro: 16/09/2010)”

“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI. TRANSCON. DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO. AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM UM DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. VÍCIO FORMAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. A desclassificação de candidato da concorrência pública para exploração de serviço de táxi promovida pela TRANSCON - Processo Administrativo n.º 014/2015, Edital de Concorrência Pública n.º 001/2015 - pela ausência de reconhecimento de firma em um dos documentos apresentados pelo candidato, especificamente no Termo de Compromisso de Apresentação do Veículo, fere o direito líquido e certo do Impetrante de continuar nas etapas subsequentes do certame, além de infringir o princípio da razoabilidade. (TJMG. 1ª Câmara Cível. Apelação Cível nº 1.0000.15.088127-4/002. Relator Desembargador Washington Ferreira, julgamento em 20/06/2017, publicação da súmula em 21/06/2017)”



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME



Fica claro, portanto, que o Pregoeiro sequer oportunizou à recorrente a regularização da documentação apresentada, o que configura excesso de formalismo e atitude desarrazoada, uma vez que o equívoco configura mera irregularidade, diante da idoneidade da proposta e demais documentos apresentados pela empresa.

Ademais o mesmo não pode se valer da obediência irrestrita ao princípio da legalidade, limitando-se a alegar o cumprimento ao edital, em total desrespeito aos demais princípios do ordenamento jurídico, a exemplo da eficiência e da razoabilidade.

III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

- com fundamento do art. 49, da Lei nº 8666/93, declarar-se nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos, classificação e adjudicação;
- determinar-se à Comissão de Licitação que profira tal julgamento, considerando a habilitação da recorrente para participar das próximas fases.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes



DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes Termos

P. Deferimento



Saquarema, 07 de dezembro de 2018.


DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA

R/L CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR

(SÓCIO ADMINISTRADOR)



Handwritten signature and circular stamp.

PROIBIDO PLASTIFICAR		VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL	
1267395957		1267395957	
NOME: CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO	
DOC. IDENTIFIC. / Data Prescr. / U.:		DATA NASCIMENTO	
0624479091783		810.523.087-91 05/03/1966	
RELACAO		COT. HAB.	
DELMIR AGUIAR		C	
HILDA DOS SANTOS AGUIAR		1ª HABILITACAO	
VÁLID. 03/04/2021		26/04/1984	
OBSERVAÇÕES		EXERCE ATIV. REMUNERADA	
LOCAL: SÃO PEDRO DA ALDEIA, RJ		DATA EMISSÃO: 06/04/2016	
ASSINATURA DO EMITENTE:		24805188268	
DETRAN - RJ (RIO DE JANEIRO)		RJ305489988	

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA

Pelo presente, na melhor forma de direito e consoante as disposições legais expressas, fica ajustada a sociedade limitada, entre as partes, abaixo qualificadas, mediante as cláusulas e condições que adiante se estipulam.

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 05/03/1966, residente e domiciliado à Rua Professor Francisco Fonseca, nº 91, AP 201 - Bacaxá - Saquarema - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 06244790-9 IFP/RJ e do CPF nº 810523087-91.

ROMILDA DE SOUZA FONSECA, brasileira, solteira, comerciante, nascida em 18/04/1970, residente e domiciliada à Rua Professor Francisco Fonseca, nº 91, AP 201 - Bacaxá - Saquarema - RJ, portadora da Carteira de Identidade nº 09067817-8 IFP/RJ e do CPF nº 016394037-10.

Cláusula 1ª - A sociedade girará sob o denominação social de "**DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA**".

Cláusula 2ª - A sociedade terá sede e foro à Rua Professor Francisco Fonseca, nº 91, SB 02 - Bacaxá, Saquarema - RJ, podendo a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no País ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

Cláusula 3ª - A sociedade terá por objeto social aluguel de carro, materiais e equipamentos de som para eventos, iluminação e vídeo.

Cláusula 4ª - O prazo de duração da sociedade, que se inicia a partir do registro na JUCERJA, será por tempo indeterminado, encerrando o seu exercício social em 31.12. de cada ano.

Cláusula 5ª - O capital social será de R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), dividido em 10.000 (DEZ MIL) cotas no valor de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada uma, subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do País, e assim distribuídas entre os sócios:

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR	5.000 COTAS	R\$ 5.000,00
ROMILDA DE SOUZA FONSECA	5.000 COTAS	R\$ 5.000,00
TOTALIZANDO	10.000 COTAS	R\$ 10.000,00

Cláusula 6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil.

Cláusula 7ª - As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expreso consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

Parágrafo único - O sócio que pretender alienar suas cotas comunicará ao sócio remanescente, por escrito, sua intenção indicando claramente o valor pretendido e as condições de pagamento.

Cláusula 8ª - A administração da sociedade caberá **CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR** o qual é investido de todos os poderes necessários a realização dos objetivos sociais, por delegação de toda sociedade, vedado, no entanto, em atividades ou assuntos estranhos aos objetivos sociais, inclusive obrigá-la por fiança, aval, caução ou outro qualquer tipo de garantia sendo nulo qualquer ato praticado nesse sentido.

Parágrafo Único - Fica facultado aos administradores, atuando em conjunto, nomear procuradores em nome da empresa, para um período determinado que nunca poderá exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

Cláusula 9ª - Os cheques, aceites de duplicatas, notas promissórias e quaisquer outros documentos que envolvam responsabilidade da sociedade só terão validade se assinados pelos sócios.

Cláusula 10ª - O sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 11ª - A morte, interdição ou insolvência de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, a qual continuará a existir com os cotistas remanescentes e os herdeiros ou curadores de sócio falecido, interdito ou insolvente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 12ª - As deliberações relativas a aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, pedido de concordata, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

Parágrafo primeiro - A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócio.

Parágrafo segundo - As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

Cláusula 13ª - O exercício social encerrar-se-á nos dias 31 de dezembro de cada ano, quando se levantará o Balanço geral para apuração dos lucros ou prejuízos da sociedade. Os saldos dos lucros líquidos serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente as cotas de cada um, no capital social, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.

Parágrafo Único - Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Cláusula 14ª - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação dos cotistas representando a totalidade do capital social, em reunião extraordinária, quando então será eleito o liquidante e indicada a maneira como será feita a liquidação.

Cláusula 15ª - Os casos omissos serão decididos de comum acordo, aplicando-se as disposições da legislação específica e suplementarmente as disposições da Lei das Sociedades. 14

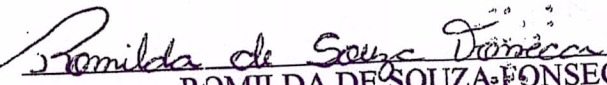
Cláusula 16ª - Os administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou de propriedade.

Cláusula 17ª - Os sócios elegem o foro da Cidade de Saquarema, como única competente para dirimir questões entre elas suscitadas renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

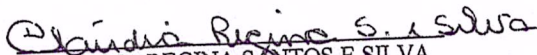
E, por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em 03 (três) exemplares de igual teor e forma, com o 1º exemplar destinado a registro e arquivamento na JUCERJA.

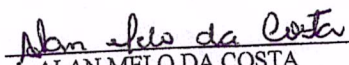
Saquarema - RJ, 02 de Maio de 2005.


CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR


ROMILDA DE SOUZA FONSECA

TESTEMUNHAS:


CLAUDIA REGINA SANTOS E SILVA
RG- 074744/0-9 - CRC/RJ
CPF- 895.024.187-00


ALAN MELO DA COSTA
RG- 12357724-9 IFP/RJ
CPF- 083.583.327-50



CCPN - 2º DISTRITO DA COM. DE SAQUAREMA
Reconheço a firma por CNPJ/CPF:
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR
ROMILDA DE SOUZA FONSECA

Saquarema, 02 de Maio de 2005

Em toda a verdade


ALAN MELO DA COSTA - ESCRIVÃO AUTORIZADO



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

80-2017/121192-8 10 abr 2017 12:01
Delegacia de São Pedro da Aldeia Guia: 102290398
3320749942-7 Atos: 105
DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME
HASH: A17041211928S
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 188,00 Pago: 188,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00001517564 06/05/2005 203

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE I: AUXILI
33247499427	206-2 (vide Tabela 1)	

1- REQUERIMENTO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME
Nire: 33.2.0749942-7
Protocolo: 80-2017/121192-8 10/04/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 12/04/2017. E O REGISTRO SOB O NÚMERO 00003028695
DATA: 12/04/2017

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ltda Me

01	002	021	Alteração Alteração de dados

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Saquear em

Local
06 / 04 / 2017
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: Carlos Eduardo dos Santos Aguiar
Assinatura:
Telefone de contato: 22 26534344

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
À decisão.

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Jules J. Fonseca
Responsável Matr.: 54

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME

NIRE: 332.0749942-7 Protocolo: 80-2017/121192-8 Data do protocolo: 10/04/2017

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2017 SOB O NÚMERO 00003028695 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5EDC3DC6A5C668A02DA474144ADE87B2B52CB36F1B309C7728471D6CFE5C7D9A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/7



JUCERJIA
autenticado digitalmente

DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME
ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 05.03.1966, portador da carteira de identidade de n.º 06244790-9 expedida pelo IFP/RJ e do CIC de n.º 810.523.087-91, residente e domiciliado à Rodovia Amaral Peixoto, 10 – Casa 03 – Km 71 - Bacaxá – Saquarema - RJ.,
ROMILDA DE SOUZA FONSECA, brasileira, casada, comerciante, nascida em 18.04.1970, portadora da carteira de identidade de n.º 09067817-8 expedida pelo IFP/RJ e do CIC de n.º 016.394.037-10, residente e domiciliada à Rodovia Amaral Peixoto, 10 – Casa 03 – Km 71 - Bacaxá – Saquarema - RJ, , únicos sócios da sociedade limitada denominada **DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME**, com sede na Rua Professor Francisco Fonseca, 91 Sb 02 – Bacaxá – Saquarema - RJ e CEP 28993-000, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro, sob o NIRE 33207499427 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.366.965/0001-41, resolvem, assim, alterar o Contrato Social:

Primeira: A Sociedade atera o seu objeto social que era Aluguél de carro, materiais e equipamentos de som para eventos, iluminação e vídeo, e passa a ser **Aluguél de Carro, Materiais e Equipamentos de Som para Eventos, Aluguél de Mesas e Cadeiras, Palcos, Coberturas e outras Estruturas de uso temporário, Iluminação, Vídeo e Telão, Produção Musical, Aluguél de outras Máquinas e Equipamentos sem Operador, Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas**

Segunda: Os sócios resolvem ainda neste ato, aumentar o capital social que era R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) totalmente integralizado em moeda corrente e legal do País, para R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 cotas de R\$1,00 (Um Real) cada uma. O presente aumento é de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais) e será integralizado em até 60 (sessenta) meses à contar desta data.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME

NIRE: 332.0749942-7 Protocolo: 80-2017/121192-8 Data do protocolo: 10/04/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2017 SOB O NÚMERO 00003028695 e demais constantes do termo de

autenticação. 5EDC3DC6A5C668A02DA474144ADE87B2B52CB36F1B309C7728471D6CFE5C7D9A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/7



E, por força da presente alteração, o capital social passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	COTAS INTEGRALIZADAS	COTAS A INTEGRALIZAR	QUANT. TOTAL DE COTAS	VALOR TOTAL R\$
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR	5.000	45.000	50.000	50.000,00
ROMILDA DE SOUZA FONSECA	5.000	45.000	50.000	50.000,00
TOTAL	10.000	90.000	100.000	100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Atendendo ao que dispõe o artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

E por força da presente alteração, resolvem os sócios **consolidar e dar nova redação, em conformidade com a lei 10.406/2002 (Novo Código Civil)**, o Contrato Social que passará a vigorar com as seguintes cláusulas:

Primeira – A sociedade tem a sua sede social à Rua Professor Francisco Fonseca, 91 Sb 02 - Bacaxá - Saquarema - RJ e Cep 28993-000, tendo como ramo de atividade **Aluguél de Carro, Materiais e Equipamentos de Som para Eventos, Aluguél de Mesas e Cadeiras, Palcos, Coberturas e outras Estruturas de uso temporário, Iluminação, Vídeo e Telão, Produção Musical, Aluguél de outras Máquinas e Equipamentos sem Operador, Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas..**, podendo abrir filiais onde e quando julgar necessário em todo o território nacional

Segunda – O capital da sociedade será de **R\$ 100.000,00** (Cem Mil Reais) 100.000 Cotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, sendo R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) já integralizadas em moeda corrente e legal do País, e R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais) a ser integralizada em até 60 (sessenta) meses à contar desta data, dividido entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	COTAS INTEGRALIZADAS	COTAS A INTEGRALIZAR	QUANT. TOTAL DE COTAS	VALOR TOTAL R\$
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR	5.000	45.000	50.000	50.000,00
ROMILDA DE SOUZA FONSECA	5.000	45.000	50.000	50.000,00
TOTAL	10.000	90.000	100.000	100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Atendendo ao que dispõe o artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Terceira – A sociedade iniciou suas atividades em 06.05.2005 e seu prazo é indeterminado;

Quarta – A Sociedade girará nesta praça sob a denominação **DUDU 91 SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME.**

Quinta - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR**, o qual será investido de todos os poderes necessários à realização dos objetivos sociais, vedado, no entanto, em atividades ou assuntos estranhos aos seus objetivos, inclusive obrigá-la por fiança, aval, caução ou outro qualquer tipo de garantia sendo nulo qualquer ato praticado nesse sentido.

Sexta - Os cheques, aceites de duplicatas, notas promissórias e quaisquer outros documentos que envolvam responsabilidade da sociedade só terão validade se assinado pelo sócio administrador, em conjunto ou isoladamente.

Setima - As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

Parágrafo único -- O sócio que pretender alienar suas cotas comunicará ao sócio remanescente, por escrito, sua intenção indicando claramente o valor pretendido e as condições de pagamento.

Oitava – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil.

Nona: O exercício social da sociedade obedecerá ao ano calendário a cada dia 31 de dezembro levantará o Balanço Geral, porém a apuração dos lucros ou prejuízos poderá ser realizada a qualquer tempo, seja de forma mensal, trimestral, semestral e/ou anual. O saldo do lucro líquido será repartido entre os sócios proporcionalmente as suas cotas no capital social, podendo os mesmos, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros e ou compensar os prejuízos em exercícios futuros

Parágrafo único : O sócio será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Décima – O sócio administrador terá direito a fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME

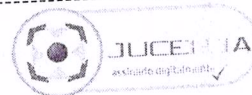
NIRE: 332.0749942-7 Protocolo: 80-2017/121192-8 Data do protocolo: 10/04/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2017 SOB O NÚMERO 00003028695 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5EDC3DC6A5C668A02DA474144ADE87B2B52CB36F1B309C7728471D6CFE5C7D9A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/7



Décima Primeira - A morte, interdição ou insolvência de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, a qual continuará a existir com os cotistas remanescentes e os herdeiros ou curadores de sócio falecido, interdito ou insolvente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Décima Segunda - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação dos cotistas representando a totalidade do capital social, em reunião extraordinária quando então será eleito o liquidante e indicada a maneira como será feita a liquidação.

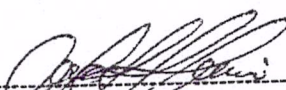
Décima Terceira - Os casos omissos serão decididos de comum acordo, aplicando-se as disposições da legislação específica e suplementarmente as disposições da Lei das Sociedades.

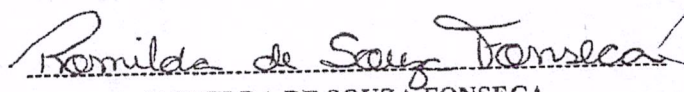
Décima Quarta - Os administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou de propriedade.

Décima Quinta - Os sócios elegem o Foro da Comarca de Saquarema, como único competente para dirimir questões entre elas suscitadas renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o em 01 (um) exemplar, destinado a registro e arquivamento na JUCERJA.

Saquarema, 06 de Abril de 2017.


CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR


ROMILDA DE SOUZA FONSECA

ESTA FIRMA FOI
REGISTRADA

ESTA FIRMA FOI
REGISTRADA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME

NIRE: 332.0749942-7 Protocolo: 80-2017/121192-8 Data do protocolo: 10/04/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2017 SOB O NÚMERO 00003028695 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5EDC3DC6A5C668A02DA474144ADE87B2B52CB36F1B309C7728471D6CFE5C7D9A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 5/7





RCPN E NOTAS 2º DIST. COM. SAQUAREMA
Av. Saquarema, 5074 - Lote 01 e 02 - Bacia - Saquarema - RJ - CEP: 28993-000 - Tel.: (22) 2653-1492
Título: Lutz Antonio de Almeida
Matr.: 00108

Reconheço a(s) firma(s) por Autenticidade de
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR N. 42253
ROMILDA DE SOUZA FONSECA N. 41088
SAQUAREMA, 07/04/2017. Total: 15,22 Conf. por
MARA RUTH MARTINS BUENO - ESCRIVENT Matr.: 947315 em Test.
ECAB 62203 FHM, ECAB 62204 TKM <https://www3.juri.ius.br/legisla/>
092999AA091085

80-2017/121192-8 10 abr 2017 12:01
Delegacia de São Pedro da Alde Guia: 102290398
3320749942-7 Atos: 105
DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME
HASH: A17041211928S
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 188,00 Pago: 188,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00001517564 06/05/2005 203

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

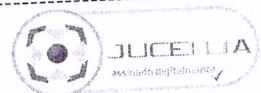
Empresa: DUDU 91SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA ME

NIRE: 332.0749942-7 Protocolo: 80-2017/121192-8 Data do protocolo: 10/04/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2017 SOB O NÚMERO 00003028695 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5EDC3DC6A5C668A02DA474144ADE87B2B52CB36F1B309C7728471D6CFE5C7D9A

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ
DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO
RJ.59.56.62.60 - 07.366.965.000.141

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

DUDU 91 SONORIZACAO E ILUMINACAO LTDA - ME

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

07.366.965/0001-41

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

247 Alteração de capital social
244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR

CPF

810.523.087-91

LOCAL E DATA

SAQUAREMA, 07 Abril de 2017

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

RCPN E NOTAS 2º DIST. COM. SAQUAREMA

Reconheço a(s) firma(s) por Autenticidade de:

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS AGUIAR N. 42253000

SAQUAREMA, 07/04/2017. Total: 7,61 Conf. por 7

MARA RUTH MARTINS BUENO - ESCRIVENT Mat. 94/2015 em tes

EDAB 62202 OFT <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

092999AA 091084

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 05 de maio de 2016

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE
CADASTRADORA